



ATA 2732

1 Aos **vinte e dois** dias do mês de **agosto** de **2017** (dois mil e dezessete), reuniram-se, em caráter **ordinário**,
2 na Sede da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB), sito a Avenida Borges de Medeiros, dois dois
3 quatro quatro, sexto andar, nesta capital, às dezoito horas e quinze minutos, os membros do Conselho
4 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. Compareceram à reunião, à **MESA, Luiz Antonio**
5 **Marques Gomes**, vice presidente, titular da Região de Gestão de Planejamento seis (RGP 6), presidindo a
6 reunião, e **Aline Brum de Lima**, Secretária Executiva interina e servidora da SMURB. Representando as
7 **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS, José Francisco Rodrigues Furtado**, titular do Departamento Municipal
8 de Habitação (DEMHAB); **Richard Dias**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC);
9 **Cássio Weber**, primeiro suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Vaneska Paiva Henrique**, primeira suplente
10 da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); **Rogério Baú**, titular da Secretaria Municipal de Gestão
11 (SMGES); e **João Batista Alves Rodrigues**, titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV).
12 Representando as **ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS, Darci Barnech Campani**, primeiro suplente da
13 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/RS); **José Euclésio dos Santos**, vice
14 presidente, titular da Associação Gaúcha dos Advogados do Direito Imobiliário Empresarial (AGADIE); **Jorge**
15 **Diogo de Jesus**, titular da Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Eduardo**
16 **Furtado Chula**, titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª R (CRECI); **Rogério Dal Molin**,
17 primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis (SINDIMÓVEIS); **José Luis Seabra Domingues**,
18 titular da Ordem dos Advogados do Brasil do RS (OAB/RS); **Sérgio Koren**, primeiro suplente do Sindicato das
19 Indústrias da Construção Civil (SINDUSCON); **Fernando Brentano**, titular do Instituto Urbano Ambiental
20 (IUA); e **Jorge Larré Lopes**, titular do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (STICC).
21 E representando a **COMUNIDADE, Odir Miazzi**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Um
22 (RGP 1); **Adroaldo Venturini Barboza**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP
23 2); **Leandro Otenir Ribeiro Ribas**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3);
24 **Paulo Monteiro**, primeiro suplente da Região de Gestão de planejamento Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge**
25 **Amaral Cardoso**, titular da Região de Gestão de Planejamento Cinco (RGP 5); **Diaran Camargo da Silva**,
26 titular da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); e **João Luis Mores**, primeiro suplente da Região
27 de Gestão de Planejamento Oito (RGP 8); e **Emerson Gonçalves dos Santos**, titular do Orçamento
28 Participativo, temática Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano Ambiental (OCDUA). **Item Um.**
29 **Abertura. Vice presidente Gomes** fez a abertura da reunião às dezoito horas e vinte minutos. **Item Dois.**
30 **Votação da Ata.** Colocada em votação, a ata da última reunião, número dois sete três um, foi aprovada sem
31 retificações, recebendo duas abstenções e os demais votos favoráveis. **Ata Aprovada. Item Três.**
32 **Comunicações. Presidente** sugeriu o debate acerca do Projeto de Emenda à Lei Orgânica que trata dos
33 Conselhos. Informou que foi distribuído para os conselheiros o material que veio da prefeitura, o projeto de
34 emenda, além da exposição de motivos do prefeito Néelson Marchezan sobre esta emenda. Comunicou o que,
35 na sua concepção, significa a alteração na redação do Artigo 101 da Lei Orgânica do Município. Ressaltou
36 que a lei que determinou a constituição dos conselhos no Brasil, que veio logo após a Constituição Federal de
37 1988, aconselha que os Conselhos tenham no mínimo a paridade, ou seja, que sejam compostos de 50% de
38 membros do governo e 50% de membros da sociedade. Afirmou quem em Porto Alegre o avanço da
39 democracia e das formas de se organizar é muito importante, pela maneira como se formou o Orçamento
40 Participativo (OP), que é uma escola democrática de participação da comunidade. Informou que estas formas
41 de organização fizeram com que o CMDUA tenha hoje esta composição, dividida em terços, comunidade e
42 OP, entidades não governamentais e governamentais. Comunicou que com a aprovação da proposta do
43 prefeito, o governo ficaria à vontade, por exemplo, para reestruturar os conselhos. Destacou que dentre os
44 Conselhos que estão na "alça da mira" do prefeito pela sua forma de gestão está o CMDUA pela sua
45 importância no trato com os processos de aprovação de projetos de licenciamento, além dos Conselhos
46 ligados à área da Saúde e Conselhos ligados à Assistência Social, nos quais existem verbas que são
47 determinadas hoje pelos Conselhos. Informou que o Fórum de Conselhos tem se organizado e já solicitou a
48 realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores; está elaborando uma carta aberta à população
49 que será encaminhada ao Ministério Público; além da realização de Tribuna Popular na Câmara de
50 Vereadores. Informou que também serão feitas visitas ao presidente da Câmara e demais vereadores para
51 convencê-los sobre a inadequação e o retrocesso do processo democrático que seria para a cidade ao ser
52 aprovada esta Emenda. Conselheiro **Diaran** (RGP 7) informou que foi realizada reunião na Câmara de
53 Vereadores sobre a falta de água na Lomba do Pinheiro e outras regiões, e infelizmente a grande surpresa
54 comunicada pelo DEMA foi que a água continuará faltando e não há garantia de que o serviço seja
55 reestabelecido. Lamentou a situação e disse que haverá a necessidade de caminhão pipa para abastecer a
56 população. Em relação às mudanças nos Conselhos, afirmou que a população irá perder muito. Conselheiro
57 **Darci Campani** (ABES/RS) destacou que tem uma visão contrária a esta alteração na legislação dos
58 Conselhos, pois Porto Alegre é um referencial na participação popular e toda a legislação que está sendo



ATA 2732

1 proposta hoje acaba com o controle social. Informou que, infelizmente, não só na prefeitura, mas no âmbito
2 estadual e nacional, como no Conselho Nacional das Cidades, esta situação também tem ocorrido.
3 **Presidente** informou que no dia 23 de agosto seria realizada reunião do Fórum dos Conselhos e disse que
4 faria mais questionamentos acerca da Legislação já existente. Conselheiro **Paulo Monteiro** (RGP 4) fez um
5 agradecimento em nome da região nordeste pela parceria feita pela empresa que construirá a nova Vila
6 Nazaré e destacou que foi uma vitória muito importante. Informou que foi feito um pedido para inserção de
7 mão-de-obra local. Disse que num primeiro momento o pedido não foi validado, mas com muita pressão da
8 comunidade se tornou realidade e cerca de 500 trabalhadores irão participar das obras. Conselheiro **Jorge**
9 **Larré** (STICC) questionou qual artigo da Constituição Federal de 1988 fala dos Conselhos, como ficará a
10 questão da paridade e como serão feitas as visitas para os vereadores. **Presidente** informou que será
11 enviado por e-mail a evolução do pedido de audiência pública na Câmara e convidou os conselheiros para
12 participarem da reunião do Fórum dos Conselhos, no dia 23 de agosto, às 10h, na Secretaria da Saúde, na
13 Av. João Pessoa. Comentou que na última reunião o convite também foi feito e reiterou a importância da
14 participação de todos. Conselheiro **Euclésio** (AGADIE) pediu para conselheiros lerem atentamente a
15 exposição de motivos acerca do projeto de Lei que altera os Conselhos. Ressaltou que uma exposição de
16 motivos em oito linhas não diz nada. Conselheiro fez a leitura do Art. 101 da Lei Orgânica. Informou que com
17 a alteração, a administração terá livre arbítrio para praticar os atos por decreto, ou seja, poderá manipular a
18 forma da composição dos conselhos municipais. Informou que na proposição do governo deveriam constar as
19 alterações específicas de cada conselho. Sugeriu à mesa para que officie o prefeito para que um
20 representante do gabinete ou da Procuradoria Geral do Município compareça ao Conselho para dar
21 explicações sobre a proposição do governo. Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis) ressaltou a importância do
22 Conselho entender a intenção do legislador quando propõe uma exposição de motivos nada clara, pois o
23 mínimo que se espera é que leis sejam claras. Lembrou que o CMDUA está regulamentado pela lei que
24 institui o Plano Diretor e, portanto, é necessário entender se só o CMDUA é regulamentado por Lei
25 Complementar ou se os demais outros conselhos também o são. Destacou que o governo começou alterando
26 a estrutura administrativa e de gestão, o que provocou enfrentamento com funcionários, e agora quer alterar
27 os conselhos. Informou que não acha errado o governo fazer mudanças, mas destacou que há uma falta de
28 transparência e articulação política para conversar com as parcelas da sociedade, para aí sim implementar as
29 mudanças. Conselheiro **Furtado** (DEMHAB) lembrou que o prefeito Marchezan assumiu para fazer mudanças
30 profundas e significativas, mas falta realmente um articulador na sociedade e na Câmara de Vereadores para
31 que não haja este embate geral que está acontecendo. Destacou que acha interessante o Conselho abrir
32 espaços de diálogo e comunicação para tentar entender e conversar para ver melhores maneiras de fazer
33 mudanças. Informou também sobre a apresentação que será feita pelo DEMHAB sobre regularização
34 fundiária, provavelmente na metade do mês de setembro. **Presidente** sugeriu que a apresentação seja feita
35 no galpão da OAB, com posterior confraternização. **Paulo Jorge** (RGP 5) lembrou que tudo passa por um
36 processo de renovação, mas as pessoas que se envolveram na nova administração se esqueceram que a
37 população vem crescendo, que há muita pobreza, que têm várias pessoas passando fome, os presídios estão
38 lotados, e portanto há necessidade sim da participação popular. Destacou que é preciso mudanças
39 inovadoras, mas discussões profundas são fundamentais. Informou que as mudanças não estão ocorrendo
40 somente nos conselhos, lembrou que a Educação e a Assistência Social também estão sofrendo com a falta
41 de repasses da prefeitura. **Conselheiro Sérgio Koren** (SINDUSCON) afirmou que é preciso maiores
42 esclarecimentos sobre o projeto de Lei do governo e reafirmou a necessidade de algum representante da
43 prefeitura comparecer ao Conselho para fazer uma explanação sobre o assunto. Destacou que o governo tem
44 a obrigação de explicar melhor o que é esta alteração do Art. 101 da Lei Orgânica. Afirmou que existe hoje
45 uma grande revolução na prefeitura, a qual tem gerado preocupação de várias entidades. Lembrou que existe
46 uma grande preocupação com o plano de governo e que talvez estejam sendo feitas muitas coisas ao mesmo
47 tempo e os resultados estão difíceis de serem vistos. Ponderou que talvez ainda não fosse a hora de fazer
48 uma alteração nos Conselhos, sem antes “arrumar a casa”. Informou que vê com preocupação a
49 regulamentação de conselhos por lei complementar, o que dará oportunidade para qualquer governo fazer
50 decretos como bem entender e compor os conselhos de qualquer forma, inclusive com intenções políticas.
51 Conselheiro **Emerson** (OCDDA) destacou que o terceiro setor está sofrendo ataques, como o marco
52 regulatório das creches, a segunda passagem, o IPTU para os clubes. Afirmou que é preciso ter bom senso e
53 entender que mudanças são importantes para a cidade, mas não que afetem diretamente a comunidade. **Item**
54 **Quatro. Ordem do Dia.** Conselheiro **João Batista** (SMOV) solicitou a inversão da pauta do Processo Quatro
55 Ponto Seis. **Inversão de Pauta Aprovada. Processo Quatro Ponto Seis. Expediente:** 002.3255663.00.8.
56 **Interessado:** Cia Zaffari Comércio e Indústria. **Assunto:** Parecer - EVU de Edificação. **Local:** Av. Sertório,
57 3438 - Jardim São Pedro. **Relator:** CRECI. **Encaminhamentos:** 1 - Relatado em 08/08/2017. 2 – Vistas à
58 RGP 2, RGP 3 e SMOV em 08/08/2017. Conselheiro **Adroaldo** (RGP 2) informou que o relatório de vistas foi



ATA 2732

1 feito conjuntamente pela RGP 2, RGP 3 e SMOV, acompanhando o voto do relator. Afirmou que é um
2 processo de um empreendimento de grande importância e destacou que seria necessário mais tempo para
3 análise, pois todos os conselheiros deveriam tomar conhecimento deste tipo de processo pela importância
4 que tem não só para a região, mas para a cidade como um todo. Conselheiro fez a leitura do parecer conjunto
5 de vistas. Conselheiro **Richard** (EPTC) destacou não haver entendimento técnico em relação à inserção de
6 ciclovia no Centro e a proposta é sempre primar pela continuação da ciclovia na Av. Ipiranga seguindo o Plano
7 Diretor Cicloviário. Ressaltou que neste caso específico no levantamento que foi feito pela EPTC quanto às
8 contrapartidas executadas pela Cia. Zaffari, foi constatado que já há crédito por parte da empresa, ou seja, a
9 Cia. já realizou mais do que havia se comprometido no quesito ciclovias e, portanto, por haver crédito, a EPTC
10 implementou uma forma de desconto para os próximos empreendimentos, e entende que neste caso
11 específico pode ser aberta uma exceção. Conselheiro **Adroaldo** (RGP 2) destacou que o parecer de vistas
12 contraria o parecer da CAUGE e ressaltou que sempre que se fala em contrapartidas e implementação de
13 grandes empreendimentos, todo e qualquer tipo de melhoria deve ficar na região. Informou que como já existe
14 a contemplação de ciclovia na região, mas a mesma ainda não está em condições de receber ciclovia, foi
15 constatado que o crédito poderia ser deixado para outro momento ao longo do processo de edificação do
16 empreendimento. Conselheiro **Campani** (ABES/RS) informou que o Plano Diretor Cicloviário foi apresentado
17 em reunião do Conselho e, infelizmente, a prefeitura historicamente não se dispõe a fazer investimentos no
18 plano cicloviário, ou seja, a única maneira de ser implementado é através dos empreendimentos que são
19 feitos na cidade de Porto Alegre. Ressaltou que não adianta fazer retalhos de ciclovias em cantos da cidade e
20 disse que concorda com a posição da EPTC de completar uma ciclovia que aí sim ela terá função social para
21 a cidade. Solicitou à EPTC apresentação do cálculo de contrapartidas em relação às ciclovias. Conselheiro
22 **Richard** (EPTC) informou que os dados serão apresentados na próxima reunião do Conselho. **Presidente**
23 parabenizou o parecer conjunto dos conselheiros que pegaram vistas e disse que foi um belo exemplo de
24 trabalho, que trouxe um grande avanço para o objeto em si. Disse que o conselheiro da região trouxe fotos de
25 demandas de muitos anos atrás e destacou a participação dos conselheiros das regiões nos processos, os
26 quais conhecem e sabem do que a região precisa e como determinado empreendimento poderá colaborar.
27 Não havendo outras manifestações, o parecer do relator foi colocado em votação e foi aprovado por
28 unanimidade. **Aprovado. Parecer 13/2017.** Conselheiro **João Batista** (SMOV) solicitou a renovação de voto
29 por votação não ter ficado clara e não ter levado em conta o relatório de vistas. Conselheiro **Jorge Larré**
30 (STICC) destacou que o que tem que ser levado em conta é o voto do relator. Conselheiro **Euclésio**
31 (AGADIE) disse que deveria ter sido consultado o relator para verificar se o mesmo acatava como sugestão o
32 parecer de vistas com ressalvas para fazer parte integrante do seu voto. Conselheiro **Eduardo Chula**
33 (CRECI), relator, concordou com as ressalvas. **Aprovada Anulação da Votação.** Não havendo outras
34 manifestações, o parecer do relator foi colocado em votação, acatando a ressalva das vistas, e foi aprovado
35 com dezesseis votos a favor e três abstenções. **Aprovado. Parecer 13/2017. Processo Quatro Ponto Um.**
36 **Expediente:** 002.050619.16.0. **Interessado:** CMDUA. **Assunto:** Seminário de Planejamento. **Relator:**
37 Comissão do Seminário de Planejamento. **Encaminhamentos:** 1 – Definido o dia 07/12/2016 para realizar
38 primeiro encontro em local a ser confirmado. 2 – Definido o local do primeiro dia de seminário: Cinemateca
39 Capitólio. Convites distribuídos aos conselheiros em 22/11/2016. 3 – Realizado o seminário preparatório em
40 07/12/2016. 4 – Em 07/03/2014: definida a retomada da comissão em 14/03/2017. 5 – Em 04/04/2017: definir
41 integrantes em 11/04/2017. 6 – Em 11/04/2017: definir nova configuração da comissão em 18/04/2017.
42 Definida se realizar reunião em 11/07/2017 para orientar os próximos encaminhamentos. Comissão Instituída
43 em 11/07/2017. **Adiado. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 16.0.73498-9 (processo eletrônico).
44 **Interessado:** PMPA. **Assunto:** Parecer - Valores de Solo Criado. **Local:** Município de Porto Alegre. **Relator:**
45 Comissão do Solo Criado. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 11/04/2017 com apresentação pela UDRI. 2
46 – Vistas coletivas em 25/07/2017. Conselheiro **Rogério Dal Molin** (Sindimóveis), relator nomeado pela
47 Comissão do Solo Criado, comunicou que o processo já estava em condições de ser votado na última
48 reunião, porém faltaram os anexos que foram apresentados ao Conselho com esclarecimentos sobre as
49 questões incongruentes existentes em relação à metodologia. Informou que os materiais já foram anexados
50 ao processo, além de documentos importantes recebidos pelo Conselheiro **Euclésio** (AGADIE). Conselheiro
51 **Euclésio** (AGADIE) disse que a contribuição da AGADIE veio no sentido de juntar elementos que
52 demonstram a real situação de ofertas de locações do mercado imobiliário. Informou que a pesquisa realizada
53 pelo SECOVI e publicada no boletim da AGADIE demonstra a forma recessiva que está o mercado imobiliário
54 e vem ao encontro das explicações que foram analisadas pelo Conselheiro Diogo de Jesus que demonstram
55 que com esta recessão é impossível acatar o aumento defendido pela Secretaria Municipal da Fazenda.
56 Informou que em 2013, Porto Alegre tinha a oferta de 6.623 imóveis para locação e em 2017 já são 13.326,
57 exatamente o dobro num curto espaço de tempo de quatro anos. Disse que a correção feita pela Secretaria
58 da Fazenda está, então, equivocada e que, portanto, a AGADIE é contra qualquer aumento de valores de solo



ATA 2732

1 criado a essa altura para Porto Alegre. Não havendo outras manifestações, o parecer da Comissão do Solo
2 Criado para valores referentes a 2017 foi colocado em votação, e foi aprovado com quinze votos a favor,
3 quatro contrários e uma abstenção. **Aprovado o parecer do relator que é contrário ao aumento dos**
4 **valores encaminhados pela Secretaria da Fazenda, conforme relatório anexo, com as contribuições do**
5 **SINDUSCON, ÁREA E AGADIE. Parecer 14/2017. Processo Quatro Ponto Três. Expediente:**
6 001.003907.05.8. **Interessado:** CMDUA. **Assunto:** Parecer – Definição de encaminhamento referente à
7 aprovação de resolução com possível falta de consideração/referência ao posicionamento da comunidade
8 (Resolução de Alteração Parcial de Gravame de Área Verde para Terminal de Transporte Público). **Local:**
9 Parte da Praça José Luiz Carneiro Cruz – Jardim do Salso (no quarteirão formado pelas ruas Dr. Affonso
10 SanMartin, Graciliano Ramos, Prof. Pedro Santa Helena e Viela Dois Jardim do Salso). **Relator:** SMAM.
11 **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 25/04/2017. 2 – Vistas à RGP 4 em 25/04/2017. 3 – Novo prazo
12 estipulado para devolução de vistas: 16/05/2017. 4 – Retornou ao relator em 16/05/2017. 5 - Em diligências à
13 SMAM em 30/05/2017. 6 - Em diligências à EPTC em 20/06/2017. Definido encaminhamento em 20/06, de
14 fato enviado em 11/07/2017. Retornou em 08/08/2017. 7 – Em diligências à SMAM em 08/8/2017. Não
15 retornou. **Adiado. Processo Quatro Ponto Quatro. Expediente:** 002.050043.17.0. **Interessado:**
16 CPU/SMURB. **Assunto:** Resolução – Gravame de Área Verde. **Local:** Quarteirão formado pela Avenida das
17 Indústrias, Rua Bartolomeu Bernardi e Avenida Severo Dullius – Anchieta. **Relator:** DEMHAB.
18 **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 30/05/2017. Vistas ao Sindimóveis e ABES em 30/05/2017,
19 conjuntamente ao GP em 06/06/2017. Em diligências à SMURB em 20/06/2017. Não retornou. **Adiado.**
20 **Processo Quatro Ponto Cinco. Expediente:** 002.050066.17.0. **Interessado:** URF/SMURB. **Assunto:**
21 Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. **Local:** Rua denominada Caviana,
22 Arquipélago, Ilha da Pintada. **Relator:** RGP 3. **Encaminhamentos:** 1 – Relatado em 08/08/2017. 2 – Vistas à
23 RGP 2 em 08/08/2017. Ausência do relator. **Adiado. Término.** Às vinte horas foram encerrados os trabalhos
24 do CMDUA. Eu, **Aline Brum de Lima** Secretária Executiva interina e relatora, juntamente com o presidente da
25 sessão, vice presidente do CMDUA, **Luiz Antonio Marques Gomes**, e também do vice presidente **José**
26 **Euclésio dos Santos**, compondo a mesa diretiva, assino e lavro a presente ata.

27
28
29
30
31
32
33
34
35
36 **Aline Brum de Lima**
37 Secretária Executiva Interina
38 Relatora

39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
Luiz Antonio Marques Gomes
Vice Presidente CMDUA
Comunidades

José Euclésio dos Santos
Vice Presidente CMDUA
Entidades Não Governamentais

Ata aprovada na sessão do dia 29/08/2017, sem retificações.

O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA